

Passo decisivo

ESTADO DE SÃO PAULO

16 ABR 1994

A assinatura, ontem, do acordo com os bancos credores encerra uma discussão de 11 anos em que o Brasil se manteve à margem da comunidade financeira internacional a ponto de decretar uma moratória que contribuiu para privá-lo do capital estrangeiro. Nosso país foi o último, entre os grandes devedores, a fechar um acordo com os bancos no quadro do Plano Brady, o qual, imaginado pelo então secretário do Tesouro dos EUA, permitiu, mediante a adoção de um sistema de securitização da dívida externa, que se chegasse a entendimentos que pareciam impossíveis há alguns anos. Cumpre notar que o Brasil é o único país latino-americano a concluir tal acordo sem ter conseguido consolidar um verdadeiro programa de ajuste. Tal falha nos impediu de receber ajuda

dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, BID), que nos poderiam ter fornecido recursos para a compra dos títulos do Tesouro norte-americano, necessários ao oferecimento de garantias aos bancos credores. Houve, nessa questão, fraqueza e força. Fraqueza, por sabermos que, sem programa de reajuste, ficaríamos na impossibilidade de levar avante política de crescimento sustentável; força, uma vez que, ao aceitar fechar acordo sem o aval dos organismos internacionais, as instituições financeiras credoras mostraram acreditar que, logo, o novo plano permitirá ajuste sério e talvez em condições superiores às de outros países do Continente.

Os efeitos da conclusão de um acordo com a comunidade financeira internacional são diversos e importantes. Convém notar, em

primeiro lugar, que dispomos agora de 30 anos para pagar uma dívida de US\$ 35 bilhões, reembolso a ser efetuado, incontestavelmente, numa moeda desvalorizada num período tão longo, em que não haverá correção monetária. Um terço dessa dívida foi negociado com juros fixos inicialmente de 4% para chegar a um máximo de 6%, justamente quando se elevam as taxas de juro no mercado norte-americano. Outro terço da nossa dívida tem um desconto de 35% sobre o valor de face. Calcula-se que o novo acordo representa uma economia, no que se refere ao pagamento dos juros, de cerca de US\$ 2 bilhões por ano, o que não é des-

prezível para a nossa economia. Mas isso constitui apenas o efeito direto do acordo. Os indiretos são, na realidade, muito mais importantes. Ao reingressar na comunidade financeira internacional, podemos esperar não só maior ajuda

e acesso a empréstimos de longo prazo, como também obter, para a captação desses recursos, uma taxa de juros inferior à atual. Empréstimos de longo prazo e custo internacional é o que faltava

à nossa economia que, agora, terá condições de crescer a uma taxa mais alta. O que se lamenta é que os nossos "nacionalistas" tivessem demorado tanto para disso se convencerem.

A reintegração do Brasil na comunidade financeira abre perspectivas para nosso crescimento